



## ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

### ATA DA 8ª REUNIÃO DE TRABALHO DO CONSELHO ADMINISTRATIVO DA ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO

Aos vinte e um dias do mês de outubro de 2004, às 10 horas, na Escola Superior do Ministério Público da União, sob a presidência da Diretora-Geral, Doutora Lindôra Maria Araujo, reuniu-se o Conselho Administrativo: MPT - Doutor Ricardo José Macedo de Britto Pereira, MPM - Doutora Adriana Lorandi, MPDFT – Doutor João Alberto Ramos, estando presentes também os Diretores Eugênio José Guilherme de Aragão e Hindemburgo Chateaubriand P. D. Filho e os Coordenadores de Ensino: MPF – Doutor Humberto Jacques de Medeiros; MPT – Doutora Daniela Ribeiro Mendes; MPM – Doutor Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas e Doutora Cláudia Rocha Lamas; MPDFT – Doutor Anderson Pereira de Andrade. Nesta ocasião, foi designada a servidora Jozeida Garrido Calembó Marra, para secretariar os trabalhos. Iniciando-se os trabalhos, foram tratados os seguintes assuntos: **1. Painel “Substituição Processual e o cancelamento do Enunciado 310 do TST**, realizado em Belo Horizonte, no dia 27/8/2004. O Conselho tomou conhecimento do Relatório Circunstanciado encaminhado pelo Dr. Genderson Silveira Lisboa e determinou o encaminhamento à CE-MPT. **2. Curso Técnicas de Arquivísticas**, a ser realizado em Minas Gerais, no período de 3 a 10/11/2004. Aprovada a ampliação do número de vagas para a participação de seis servidores da PJM Rio de Janeiro. **3. III Seminário Internacional de Direitos Fundamentais e Sociedade Tecnológica**, realizado em Porto Alegre nos dias 9, 10 e 11/9/2004. O Conselho tomou conhecimento do relatório circunstanciado encaminhado pela Dra. Márcia Noll Barboza e determinou o seu encaminhamento à Coordenação de Ensino-MPF, para análise. **4. Curso de Especialização a Distância em Direito Sanitário**. O Conselho tomou conhecimento da monografia de final de curso encaminhada pelo Dr. Alexandre Amaral Gavronski, bem como das justificativas apresentadas pelos membros que não concluíram o curso. Conheceu também que cinco membros não responderam o Ofício Circular nº 9. Adiado para a próxima reunião. **5. Curso de Doutorado – Universidade Pablo de Olavide – Sevilla**. Dr. Hindemburgo Chateaubriand informou que, por solicitação da UPO, os suplentes também encaminharão a documentação para a Universidade. **6. Seminário Direitos Humanos e Migração**, realizado nos dias 15 e 16/6/2004, em Canoas-RS - Dr. Paulo Gilberto Cogo Leivas solicitou a publicação dos anais do evento e informa que foram disponibilizados R\$ 3.000,00 e gastos R\$ 785,00, e informou que a diferença será suficiente para os gastos de publicação, haja vista o aporte material e financeiro que será dado pelas demais instituições promotoras do evento. O Conselho decidiu consultar o Conselho Editorial sobre a qualidade da publicação dos anais com o selo da Escola. **7. I Seminário do Fórum Estadual de Proteção ao Meio Ambiente do Trabalho (FEPMAT/PB)** – Dr. Cláudio Cordeiro Queiroga Gadelha informou que a realização do evento, prevista para o mês de julho/04, foi adiada. O Conselho decidiu baixar em diligência para que a Coordenação de Ensino MPT informe sobre a nova data e os custos. **8. Proposta Livro Gênero e Relações de Trabalho**. O Conselho tomou conhecimento do Parecer nº 12/Coordenação de Ensino do MPT/ESMPU, favorável à publicação. O

Conselho decidiu encaminhar ao Conselho Editorial para ciência e sugestões. **9. Consulta à AUDIN.** O Conselho decidiu encaminhar ofício circular aos servidores informando que qualquer consulta à AUDIN deve ser feita pela Diretora-Geral. **10. Mensagem de 27/9/2004** – Dr. Valdomiro Sócrates, Procurador Geral-Adjunto de Moçambique solicita informações sobre a existência de algum curso ou seminário prático sobre questões relacionadas com o “Contencioso do Estado”. A Diretora-Geral informou que a ESMPU já entrou em contato com o interessado. **11. I Congresso Brasileiro de Processo Civil Coletivo, a ser realizado em Goiânia-GO, nos dias 10, 11 e 12/11/2004** – Dra. Cláudia Telho Corrêa Abreu solicitou custeio das inscrições para 8 membros da PRT 18ª Região. O Conselho deliberou contrariamente, considerando que o pedido não estava incluído no Plano de Atividades de 2004. O deferimento do pleito não atenderia aos objetivos da ESMPU, já que esta não deve atuar como mera patrocinadora para inscrição em eventos jurídicos promovidos por outras entidades. Por fim, o deferimento do pedido criaria um precedente de difícil manutenção, considerando-se o número de membros do MPU em todo o Brasil, e o elevado quantitativo de eventos produzidos pelas diversas instituições. **12. Relatório do Trabalho de Pesquisa Projeto Piloto Diagnóstico dos Efeitos da Exploração de Rochas Ornamentais para os Trabalhadores e para as Comunidades no Norte do Espírito Santo** – Dra. Anita Cardoso da Silva, Procuradora do Trabalho, informou que a Fundacentro e a Fundação Ceciliano Abel de Almeida, através da UFES, arcaram com parte das despesas, restando uma pendência de R\$ 25.188,09 e solicitou o apoio financeiro da ESMPU para a conclusão do relatório. O Conselho deliberou contrariamente, face à quantia elevada pretendida e considerando que o projeto de financiamento para publicação apresentado não encontra previsão no Plano de Atividades de 2004. **13. VI Congresso Interno do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, a ser realizado no período de 4 a 7/11/2004** – Dra. Zenaide Souto Martins, Diretora-Geral da FESMPDFT e Dra. Marta Maria de Rezende, Procuradora de Justiça e Presidente da Comissão Organizadora, solicitaram apoio financeiro no valor de R\$ 27.680,00, para custear as passagens e hospedagens das autoridades, palestrantes e convidados de renome. O Conselho decidiu baixar em diligência para que o Coordenador de Ensino do MPDFT informe se o caráter do evento é institucional. **14.** Expediente de 1/10/2004 – Dra. Analúcia Hartmann fez menção ao Seminário Cidades Costeiras Sustentáveis, realizado em Florianópolis, nos dias 12 a 16/10/2004, e solicitou que sejam adotadas medidas para prevenir a renovação de situações semelhantes às constantes no anexo. O Conselho tomou conhecimento. **15. Reunião dos Coordenadores de Ensino** – O Conselho aprovou da seguinte forma as sugestões apresentadas pelos Coordenadores de Ensino: **a) critérios para seleção de candidatos a mestrado e doutorado:** (1) Idioma, (2) Publicação Doutrinária e (3) Docência. **1- O Idioma** (idioma do curso ministrado) será valorado em 50%, tanto para mestrado como para doutorado, tendo pontuação máxima (50) os diplomas internacionais, (45) a cidadania estrangeira, e (40) os diplomas nacionais, sendo que o título de maior pontuação exclui os demais, não havendo pontuação cumulativa. **2- A Publicação Doutrinária** será valorada em 40% para o mestrado e 30% para o doutorado. As Publicações no tema do mestrado ou doutorado em questão terão pontuação maior, de 25 para o mestrado e 20 para o doutorado, ficando para as publicações fora do tema o limite de 15 pontos para o mestrado e 10 pontos para o doutorado. Não serão considerados para efeito de pontuação nesse item as publicações não doutrinárias e as publicações doutrinárias em jornais e revistas não especializados, bem como a publicação de sentenças ou pareceres e a elaboração de apostilas e cartilhas. **3- A Docência** será valorada em 20%

para o doutorado, considerando-se as seguintes docências com respectiva pontuação: em Mestrado, 10 pontos, em Graduação, 7 pontos e em Especialização no tema do curso pretendido, 5 pontos. Nesse item, somente a maior pontuação será considerada. Para o mestrado a docência será considerada apenas como fator desempate, sem atribuição de pontuação. **b) Temas que seriam interessantes para todos os quatro ramos do MPU**, ficando eleitos: Direitos Humanos (p. ex. Tortura), Políticas Públicas, Direito Penal, Direito Processual Penal, Ministério Público (p. ex. Independência funcional, Código de Ética, Política de atuação, seleção e prioridades), Problemas gerenciais (metas, indicadores, metodologias de trabalho, alocação de recursos), Orçamento. **c) Eventos:** Adoção de alguns critérios de qualificação de propostas. Elaboração de produto. Copatrocínio. Custeio pelos participantes. Integração em uma das linhas de pesquisa ou área de interesse da ESMPU. Preparação do evento por grupos de estudo, papers e discussões estruturadas. Apoio das Câmaras ou correspondentes. Transmissão pela internet. **d) Cursos.** Especialização à distância com universidade de prestígio. Desenvolvimento de programa de especialização em Direitos Humanos com pessoal próprio do MP e possibilidade de oferta do produto ao exterior. Construção de módulos temáticos que sirvam para recolher as experiências e saberes específicos adquiridos no exercício das funções. Curso de ingresso, auxílio no estágio probatório e formação continuada (propor ao Conselho a criação de uma diretoria para esses fins). **e) Pesquisa. 1- Pesquisa por alunos de Graduação:** Instituição de Programa assemelhado ao PIBIC para Bolsas de Pesquisas de estudantes de graduação sob orientação de professores universitários e membros do Ministério Público. Prêmio de Monografia Final de curso sobre o Ministério Público. **2- Pesquisa aplicada:** financiamento de projetos para investigar soluções a problemas do Ministério Público ou avaliarem o sucesso/insucesso de iniciativas do Ministério Público ou revelarem dados sobre o perfil existente do Ministério Público. **3- Pesquisa estrangeira:** acolher na Escola pesquisadores estrangeiros que queiram estudar o Ministério Público. **4 - Patrocínio de experiências piloto:** custeio e apoio de iniciativas pioneiras que queiram inovar no modo de atuação ou gerenciamento do trabalho do Ministério Público. **f) Biblioteca.** Construção de um Centro de Documentação e referência em Ministério Público, preferencialmente com todo acervo disponível on-line, à semelhança dos portais estrangeiros de Direito e Legislação. Inclusão no acervo de: todas as legislações federais e estaduais, vigentes e revogadas, sobre Ministério Público; todas as revistas do Ministério Público; literatura estrangeira sobre Ministério Público; produção científica em outras áreas que não Direito sobre Ministério Público. **g) Edições.** Privilegiar co-edições. Obras estrangeiras importantes para o Ministério Público e inexistentes em língua portuguesa. Manuais de atuação. Criação de publicações eletrônicas. Série histórica de livros do Ministério Público, preferencialmente em parceria com o Senado Federal. Redefinição da composição do Conselho Editorial e a fixação de linha editorial para a Escola. **h) Reconhecimento e Valorização do Ministério Público.** Produção de cartilhas sobre o Ministério Público para seguimento da sociedade civil. Produção de inserções sobre o Ministério Público para rádio e TV. Produção de documentação informativa sobre Ministério Público em língua estrangeira. Criação de Prêmio de jornalismo em Ministério Público. Aproximação com Organismos Internacionais e Ministérios Públicos Estrangeiros. Busca de entidades congêneres a esta Escola Superior. Concepção de programa estratégico para o desenvolvimento do Ministério Público no Século XXI, avaliando cenários, possibilidades, oportunidades e desafios com que se defrontará o Ministério Público. Convite a formadores de opinião da sociedade brasileira a travarem diálogo crítico com os integrantes do

Ministério Público. **16. IV Jornadas Brasileiras de Direito Processual Penal**, a ser realizado pelo Instituto Brasileiro de Direito Processual, nos dias 6 a 9/11/2004. O Conselho autorizou a divulgação do evento na página da Internet, com esclarecimento de que a ESMPU não cobrirá custos de participantes. **17. Curso de Mestrado na Universidade de Lisboa**. O Conselho tomou conhecimento dos relatórios encaminhados pela Dra. Maria da Glória Martins dos Santos. **18.** O Conselho autorizou o remanejamento dos recursos aprovados para o Seminário Internacional dos Conflitos Armados para pagamento de passagens e hospedagem para participação de membros no **III Seminário Jurídico ESMPU – As Instituições do Estado e o Papel do Ministério Público no Combate às Organizações Criminosas**. **19. Curso de Implementação das Leis e da Política de Defesa da Concorrência**. O Conselho aprovou a planilha encaminhada pela CE-MPF, com custo máximo de R\$ 69.267,48. **20. Reunião com os Coordenadores de Núcleo Estadual da CE-MPT**. O Conselho autorizou a reunião dos Coordenadores de Núcleo Estadual da CE-MPT, a ser realizado no mês de novembro, em Brasília, utilizando-se a verba remanejada dos eventos aprovados e não realizados em 2004 pelo MPT. **21.** O Conselho aprovou a continuidade do **Curso de Inglês Jurídico**. **22. Seminário pelos 10 anos da lei Antitruste**, a ser realizado em São Paulo, no período de 1 a 3/12/2004. O Conselho deliberou contrariamente ao apoio da ESMPU, na forma de participação de 35 membros no evento. **23. Fórum Social Mundial**. O Conselho autorizou que as Coordenações de Ensino iniciem as tratativas visando à participação da Escola no Fórum. Autorizou, também, que a Diretora-Geral entre em contato com a organização do Fórum para pleitear espaços institucionais do Ministério Público. **24. Conselho Editorial**. O Conselho aprovou os nomes dos representantes do MPF: Professor Doutor Gustavo Tepedino e Doutor Marco Aurélio Dutra Aydos; e do representante do MPDFT: Professor Doutor Paulo José Leite Farias. **Próxima Reunião do Conselho Administrativo: dia 4 de novembro de 2004, às 10 horas e 30 minutos.** Nada mais havendo a ser deliberado, foi encerrada a reunião, às 13h40m, da qual foi lavrada a presente ata, que vai assinada por esta Secretária, *Joana Maria*, os Membros do Conselho Lindôra Maria Araujo, Ricardo José Macedo de Britto Pereira, Adriana Lorandi, João Alberto Ramos, os Diretores Eugênio José Guilherme de Aragão, Hindemburgo Chateaubriand P. D. Filho, e os Coordenadores de Ensino Humberto Jacques de Medeiros, Daniela Ribeiro Mendes, Ricardo de Brito Albuquerque Pontes Freitas, Cláudia Rocha Lamas e Anderson Pereira de Andrade.

